



Melehy
A
melehy

Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

ACTA Nº 8

No dia dezassete de março de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, nº 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão extraordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Presidiu à sessão a sr^a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelo 1º Secretário António Francisco Tavares Martins, ambos do PS.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes todos os membros da assembleia de freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita bem como todos os membros de Junta de Freguesia.

Pelo Partido CHEGA – Américo José Gomes Assunção.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, António Joaquim Lopes Ferreirinha, Joaquim Dias Palricas, Cristina Alexandra Duarte Brito Alves, José António Fernandes Ferreira.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Sílvia Catarina Henriques de Sousa e também Cristina Maria Ferreira e João Jesus Tapadas Marques, que tomaram posse nesta sessão.

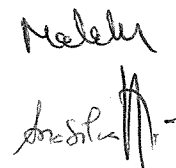
No Período da **Ordem do dia**:

1-Análise, discussão e aprovação da proposta de delegação de competências para 2023.

Alexandre Horta (PSD) usou da palavra para se congratular com este contrato interadministrativo, deixando todavia duas questões para as quais pediu esclarecimentos: como justificar o valor contratual de 80.000,00€ e quais os meios humanos e materiais afectos a este contrato.

Dada a palavra ao Presidente da Junta, Augusto Barros (PS) este afirmou que o valor foi encontrado com base em dados da experiência quer da câmara municipal quer da Junta. Referiu que o nosso pessoal vai passar a trabalhar as mesmas áreas urbanas que na prática já limpava até agora mediante outras contrapartidas em espécie proporcionadas pela câmara.

Disse estar a ser muito difícil contratar pessoal e ter estado ontem a seleccionar candidatos enviados pelo Centro de Emprego, tendo vindo cinco dos quais nenhum foi seleccionado. Acrescentou que foi pedido o envio de mais candidatos para selecção.



Informou ainda que transferências de pessoal da câmara não haverá porque a câmara também não tem.

Retomando a palavra Alexandre Horta (PSD) exprimiu preocupação com a capacidade da Junta para cumprir este contrato, questionando se não está equacionada a contratação de serviço externo.

Respondendo de imediato Augusto Barros (PS) informou que não e disse que vamos valorizar ao máximo o nosso pessoal e as máquinas que temos.

Alexandre Horta (PSD) apontou então diversas irregularidades no texto da minuta do contrato a necessitar de correcção.

Rui Bugalhão (PS) interveio em seguida para salientar a celebração deste contrato como uma vitória deste executivo e manifestar a confiança da sua bancada na capacidade e método de trabalho da Junta para concretizar as obrigações agora assumidas.

Américo Assunção (Chega) questionou também as estimativas para os meios técnicos e materiais necessários ao cumprimento deste contrato e mencionou a existência de diversas árvores a necessitar de limpeza, concluindo de provavelmente iremos ter alguns espaços urbanos limpos e outros a necessitar de limpeza.

Dada a palavra ao Presidente da Junta, Augusto Barros (PS) informou que a limpeza e poda de árvores é e continuará a ser tarefa da câmara, que inclusive tem um engenheiro responsável por ela.

Alexandre Horta (PSD) referiu ainda que o articulado do contrato deveria fazer menção aos anexos, sendo importante que ficasse explicitado o nome de todas as ruas abrangidas.


O Presidente da Junta Augusto Barros (PS) disse que há uma listagem com os nomes de todas as ruas, que será enviado aos membros da assembleia.

Submetido a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 12 votos a favor (6PS+5PSD+1CDS) e 1 abstenção (Chega).

O grupo do PSD apresentou a seguinte declaração de voto:

A delegação de competências da Câmara Municipal de Tomar para a União de Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais era sem dúvida algo que o Grupo do PSD sempre defendeu, de forma a poder colmatar as falhas que temos vindo a assistir na limpeza e manutenção de espaços verdes na nossa cidade, que não mais pode ser chamada de *Cidade Jardim*, dado o abandono a que o executivo camarário nos tem habituado.

Mas a delegação destas competências por parte da CMT quando não acompanhadas da dotação certa poderá ser quase pior que uma *erva daninha*. Pela análise que conseguimos fazer, na documentação que nos é apresentada falta informação, não se percebendo como foi calculada a verba atribuída. Que contas foram feitas? Será este valor de 80000€ suficiente para fazer face ao trabalho que se aproxima, incluindo a aquisição do material necessário? Ainda chegará para contratar, caso necessário, mais algum colaborador para a realização destes trabalhos, ou será subcontratada a terceiros?



A informação é escassa e vaga não se percebendo como poderá o executivo fazer face a estes trabalhos.

Não obstante o PSD mantém o que sempre defendeu, votando a favor esta.

2-Análise, discussão e aprovação da proposta de descentralização de competências para 2024

Dada a palavra ao Presidente da Junta, Augusto Barros (PS) para melhor elucidação da proposta em análise este endossou o assunto para o tesoureiro José Maria (PS) que começou por avançar alguns dados com base nos quais se tinha chegado ao valor de 80.000,00€, acrescentando depois que a rubrica de limpeza teve uma majoração de cerca de 60%, a de reparação das escolas teve um acréscimo de cerca de 20% e globalmente há um aumento de verbas relativamente ao ano anterior.

Alexandre Horta (PSD) questionou se pelo menos a taxa de inflação não deveria ter sido aplicada, acrescentando aos 80.000,00€.

Augusto Barros (PS) afirmou que para o ano seguinte (2025) terá que haver novos ajustamentos.

Alexandre Horta (PSD) apontou uma falha no documento dado que no capítulo “critérios aplicados” falta mencionar a verba de 16.000,00€ relativa a espaços públicos.

Dada a palavra ao Presidente da Junta Augusto Barros (PS) para explicações este endossou o assunto para o tesoureiro José Maria (PS) que explicou que na 2ª página do documento se fez menção aos critérios aplicados à determinação dos valores de outras das rubricas indicadas na 1ª página, apenas não constando a explicitação de critérios relativamente à verba de 16.000,00€ concluindo que não há contradição entre os valores indicados em cada uma dessas páginas.

Submetido a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 12 votos a favor (6PS+5PSD+1CDS) e 1 abstenção (Chega).

O grupo do PSD apresentou a seguinte declaração de voto:

A descentralização de competências vem reiterar ainda mais a importância das freguesias na gestão dos espaços públicos. Esta medida tarda por tardia e o PSD sempre tinha defendido a rápida descentralização.

À semelhança da delegação de competências mais uma vez a informação é escassa e a forma a como chegam a estes valores é fraca. Se para este ano esta união de Freguesias recebe 80000€ para a gestão e manutenção de espaços verdes, com a inflação aos níveis em que se encontra, em 2024 o valor transferido é o mesmo. Será este suficiente? Não temos dados que o permitam afirmar com certeza que estes valores serão suficientes e isso só nos pode deixar apreensivos.

Tudo dependerá das políticas adotadas pelo executivo para fazer face os trabalhos que se avizinham, mas cremos que este valor poderá ser escaço, quando comparado com o orçamento no ano corrente para as mesmas rubricas.

Melhor
Análise

O PSD mantém o seu voto favorável à descentralização de competências, e permanecerá atento para perceber se este foi ou não um “negócio” bem gerido e se não ficará a junta a perder com o baixo valor transferido.

3-Análise, discussão e aprovação da proposta da 1ª alteração orçamental modificativa. Análise, discussão e votação da ata da última sessão.

Dada a palavra ao Presidente da Junta Augusto Barros (PS) para melhor apresentação do documento em análise este endossou o assunto para o tesoureiro José Maria (PS) que explicou que fundamentalmente se trata de introduzir no orçamento de 2023 o saldo de gerência do ano anterior bem como o valor recebido da câmara na verba de eleições, acrescentando que a totalidade das verbas em causa foi aplicada no reforço das rubricas de investimento designadamente na obra em curso na rua Caminho da Água das Maiais que não ficou concluída no exercício de 2022.

Alexandre Horta (PSD) declarou que o seu grupo não vê justificação para esta introdução do saldo de gerência ser feita antes da aprovação das contas do ano anterior e como tal não votará a favor.

O Presidente da Junta Augusto Barros (PS) disse que se tratou de uma opção do executivo e que considera indiferente o momento para efectuar esta alteração orçamental, uma vez que os valores em questão são indiscutíveis.

Alexandre Horta (PSD) respondeu ainda que apenas está em causa uma questão de *timing*, uma vez que teoricamente as contas podem não ser aprovadas, pelo que esta opção do executivo manifesta alguma arrogância e até falta de respeito pela assembleia.

Submetido a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 7 votos a favor (6PS+1CDS) , 5 abstenções (PSD) e 1 voto contra (Chega).

O grupo do PSD apresentou a seguinte declaração de voto:

Da leitura e análise do documento facultado, não podemos deixar de manifestar alguma estranheza quanto à introdução do Saldo de Gerência, nesta proposta de alteração orçamental.

Embora tal se mostre, legalmente, possível, não podemos deixar de considerar que tal opção revela, politicamente, falta de consideração para com este órgão, atendendo ao facto de que a apresentação das Contas de 2022 ainda não foi realizada.

Atendendo a que tal apresentação e votação de contas poderá ser realizada num prazo de 15 dias, consideramos, verdadeiramente, extemporânea a introdução desta rubrica nesta 1ª alteração orçamental.

Assim, por todo o supra expandido, e por se considerar que a retidão das contas e a total transparência das mesmas se mostram essenciais à boa gestão do interesse dos fregueses, o grupo do PSD não poderá votar a favor, optando-se, pela abstenção.

Antes de terminar a sessão Rui Bugalhão (PD) pediu ainda a palavra para em nome pessoal e do seu grupo enviar um abraço e manifestar a sua solidariedade ao João Martins (CDS) secretário da Junta, pelo

momento difícil que atravessa dada a inesperada morte de seu pai, iniciativa que recolheu de imediato a adesão e apoio unânime de todos os outros membros da assembleia e da Junta de Freguesia.

Nada mais havendo a tratar, deu-se a sessão por encerrada cerca das vinte e duas horas, da qual para constar foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 1.º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,

